

Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

Edison Bariani – UNESP, Araraquara

RESUMO

O debate – célebre desde o final dos anos de 1950 – entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos explicitou as divergências quanto ao modo de conceber a sociologia, método, aplicação, condições de pesquisa e desenvolvimento no Brasil (entre outros assuntos); tais divergências apontam, ao final, para diferentes ‘visões’ e projetos para a ciência e para a nação.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos. Florestan Fernandes. Sociologia no Brasil. Debate. Intelectuais.

ABSTRACT

The debate – eminent in the end of 50's – between Florestan Fernandes and Guerreiro Ramos explicited their divergences about the conception of sociology, method, application, research and development conditions in Brazil (among other matters); this divergences pointed, in the end, to different ‘views’ and projects to the science and the nation.

Keywords: Guerreiro Ramos. Florestan Fernandes. Sociology in Brazil. Debate. Intellectuals.

INTRODUÇÃO

Os cientistas sociais brasileiros, curiosamente, pouco se envolveram intensa e publicamente em polêmicas e discussões, por vezes, assumiram debates cuja origem, argumentos e temas remontavam à Europa (ou aos EUA), tomaram posições nesses debates, mas pouco se conspurcaram com os problemas do Brasil. Não que as questões candentes na Europa

não contivessem uma carga de importância, longe disso, só que no diz respeito aos problemas brasileiros parece haver prevalecido uma certa recusa em assumir posições públicas – tanto política quanto cientificamente –, um certo espírito de isenção e relutância em explicitar as divergências e pôr-se em posição de receber críticas, uma certa “ética” do distanciamento – segundo a qual não seria recomendável arriscar-se em expor seus ideais “privados”, nem questionar abertamente os de outro. Essa tal etiqueta, quando desobedecida, algumas vezes deu lugar a ataques gratuitos e mesquinhos, próprios de quem vê ferido seu espaço intelectual “privado”.

A contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é um marco das ciências sociais no Brasil, foi um momento no qual dois sociólogos de peso expuseram suas idéias e ideais, trataram do assunto com grande acuidade e evitaram durante o debate lançar argumentos de sentido moral ou acusatório – embora Guerreiro Ramos, em sua verve cáustica, seja mordaz em algumas colocações. Com o tempo, ficou claro que a disputa não envolvia apenas dois sociólogos em franca ascensão intelectual, nem dois *schollars*, mas distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual – teórica, política e ideológica –, de concepção da sociologia e do papel do sociólogo; diferentes interpretações da sociedade brasileira, “visões de mundo”, projetos para as ciências sociais e, no limite, para o Brasil.

A BATALHA INICIAL

Teve início a polêmica a partir do II Congresso Latino-Americano de Sociologia¹, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo (em 1953), no qual Guerreiro Ramos – presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais – apresentou as seguintes propostas:

1ª – As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2ª – A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3ª – No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4ª – No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª – O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª – É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas

ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª – Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações (RAMOS, 1957, p. 77-78).

As recomendações foram rejeitadas no congresso – a votação acusou a derrota por 22 votos contra 9 – mas o assunto repercutiu e os ataques às propostas logo se fizeram sentir, embora, às vezes, de modo obtuso. Guerreiro Ramos reagiu em artigos publicados no *Diário de notícias* (do Rio de Janeiro) e teve apoio de alguns – dentre eles Nelson Werneck Sodré, mais tarde seu colega no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Não obstante, por que algumas recomendações apreciadas em um congresso – e derrotadas em votação! – repercutiram tanto? Basicamente porque não eram simples menções e sim um “projeto”, um modo de encarar a sociologia e o país.

Guerreiro Ramos prosseguiu na defesa de suas posições e na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, publicada em 1954, voltou à carga, argumentando em favor de cada item². O autor iniciava sua proposta criticando a “transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos” e o uso (e abuso) do arsenal teórico – máxime conceitual – elaborado nos países dominantes. A sociologia brasileira, ao fazer uso indiscriminado daquele, tornar-se-ia uma “sociologia consular” – “visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos” (RAMOS, 1957, p. 78) – e

1 Aqui consideraremos somente os textos primordiais que marcaram o debate, pois interpretamos que esse prosseguiu em referências esparsas em outros trabalhos dos autores (BARIANI, 2003).

2 Posteriormente republicada em *Introdução crítica à sociologia*, em 1957, edição que aqui é citada.

“enlatada”, “visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural” (RAMOS, 1957, p. 80).

A “realidade nacional” – para Guerreiro Ramos – seria irreduzível em sua especificidade³, produto de desenvolvimento histórico-social determinado, que engendraria seus próprios problemas e, logo, demandaria um instrumental teórico apropriado para analisá-la. Mesmo considerando que “a sociologia, como ciência, seja uma só” (RAMOS, 1957, p. 82), haveria que proceder a uma assimilação crítica das produções teóricas vindas dos países desenvolvidos, sob pena de não fazer “uso sociológico da sociologia” (RAMOS, 1957, p. 90) e recair na alienação. Tal assunto seria tratado mais cuidadosamente em *A redução sociológica*, obra capital do autor, editada em 1958.

No que se refere ao futuro da sociologia como ciência, preocupava-lhe a viabilidade das pesquisas nas condições econômico-sociais do Brasil, seria mister: adequar as pesquisas às “disponibilidades da renda nacional” (item 3 da proposta), aos recursos econômicos e de pessoal técnico e ao nível cultural “genérico” da população (item 7). Sob a vigência do subdesenvolvimento, haveria que coadunar as possibilidades de investigação à capacidade de investimento, tendo como parâmetros a disposição cultural e as prioridades de investigação. A prioridade seria então a “formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais” (item 4), que contribuiriam decisivamente para promover o conhecimento da estrutura social, capacitando a implementação de políticas de caráter planejador, que melhor nos conduziriam à industrialização e ao desenvolvimento, pois estaria “a melhoria das condições de vida das populações [...] condicionada ao desenvolvimento industrial das

estruturas nacionais e regionais” (item 5) (RAMOS, 1957, p. 78).

Dada a prioridade, há um evidente repúdio aos estudos “sobre minudências da vida social” (item 4), isto é, estudos basicamente empiricistas, à maneira da sociologia americana e seus estudos de caso, que focalizariam pequenos grupos e comunidades – um exemplo seria a obra de Emílio Willems, *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947). Em contrapartida, deveriam ser prestigiados os estudos dedicados à compreensão da nação e que explicitassem os rumos possíveis para o desenvolvimento, seja em explicações de caráter geral e sintético – como as elaboradas por Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Caio Prado Jr. –, seja iluminando aspectos parciais relevantes da realidade brasileira – tais como *Geografia da fome* (de Josué de Castro) e *A vida privada e a organização política nacional* (de Nestor Duarte) (RAMOS, 1957, p. 106-107)⁴. Ademais, essas pesquisas sobre “minudências” implicitamente contribuiriam para a persistência de “estilos de comportamento de caráter pré-letrado”, fazendo apologia do isolamento e da ignorância em vez de propiciar o conhecimento dos mecanismos de integração de populações marginalizadas na sociedade brasileira (índios, afro-americanos); seriam perniciosas não só por gastarem improdutivamente os raros recursos que poderiam ser destinados à pesquisa comprometida com a nação, mas por – direta ou indiretamente – localizar a questão dessas populações como problemas, desvios, resíduos. Daí também o receio – da parte de Guerreiro Ramos – quanto à sociologia sobre o negro no Brasil, na qual se postularia “o problema do negro” – como se o negro “fosse” o próprio problema – e não o racismo, cuja origem emanaria da “patologia social do ‘branco’ brasileiro”, este sim portador de um comportamento anormal (RAMOS, 1957, p. 171-193).

3 Aqui se revelam as influências do que Guerreiro Ramos considerava a “corrente crítica” do pensamento social no Brasil (Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna etc. – acrescentará mais tarde João Ribeiro), mas também as de uma sociologia que afirmava a especificidade de dada formação social, seu caráter histórico e a conformação que lhe seria própria, p. ex. Gurvitch (1953) e Freyer (1944).

4 A bandeira da defesa da elaboração de obras gerais, de síntese, já havia sido levantada na Europa pelo filósofo/historiador alemão Oswald Spengler, preocupado então com o predomínio das monografias na historiografia européia do começo do séc. XX. Ver Febvre (1992, p. 133).

A questão do ensino de sociologia como disciplina na instrução “geral” da população (ensino secundário) também foi assunto premente no debate, como reivindicação, refletia sobretudo uma preocupação muito presente na época: a sociologia era encarada como uma espécie de conscientização social e/ou de modernização de mentalidade – Fernando de Azevedo, Costa Pinto, Antonio Cândido, Emílio Willems, Oracy Nogueira e outros se ocuparam da matéria⁵. Sob o ponto de vista de Guerreiro Ramos o ensino da sociologia na escola seria não uma simples forma de vulgarização de informações, mas um modo de difundir uma consciência crítica dos problemas nacionais e promover a emancipação em relação ao colonialismo cultural; seria um outro *front* de combate aos males da transplantação, referida agora ao cotidiano, ao senso comum, à percepção da realidade brasileira que possuíam os não-especialistas, o povo. A sociologia (mesmo como disciplina escolar) serviria a um propósito libertário e conscientizador, um saber que suprimiria a ingenuidade alienada (ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1953; ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955).

Por seu lado, em 1958, Florestan Fernandes fez um balanço da atividade científica no Brasil em *A etnologia e a sociologia no Brasil*, o capítulo V desta obra – já publicado no mesmo ano como artigo na *Revista brasileira de estudos políticos*⁶ – intitulase “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”⁷, nele, o autor critica alguns pontos da

5 Tal questão, embora não esteja contemplada nos principais textos dos autores quando do início da polêmica – as teses de Guerreiro Ramos e “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” de Florestan Fernandes –, nem seja considerada pelos comentadores, consta dos debates do II Congresso Latino-Americano de Sociologia e do I Congresso Brasileiro de Sociologia e está inextricavelmente ligada às outras questões.

6 Mais tarde o autor voltaria a publicá-lo novamente, desta feita em *A sociologia no Brasil* (1977). Todos os trechos aqui citados foram extraídos desta edição.

7 Guerreiro Ramos referir-se-á mais tarde – em prefácio de 1963 à reedição de *A redução sociológica* – ao opúsculo (“O padrão...”) como “a mais qualificada crítica que um representante ilustre de nossa sociologia convencional escreveu contra nossa orien-

comunicação de Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, de 1953⁸. As observações referem-se basicamente aos itens 4 e 7 da proposta de Guerreiro, “entre recomendações que mereciam maior atenção e acolhida favorável” (FERNANDES, 1977, p. 67)⁹.

O sentido da crítica dirige-se ao caráter do trabalho científico e seus vínculos, Florestan censura a “falácia” que seria:

[...] considerar impositivas as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, e, ao mesmo tempo, negligenciar as obrigações dele, relacionadas com o sistema de normas e de valores do saber científico (FERNANDES, 1977, p. 68).

O cientista – para ele – só poderia pôr a ciência a serviço da comunidade se observasse rigorosamente os requisitos do saber científico, caso contrário, cor-

tação” (RAMOS, 1996, p. 15). Também vale lembrar que em *O processo da sociologia no Brasil* (de 1953) afirma: “Florestan é bem representativo da experiência universitária paulista, seu símbolo vivo, visto que fruto do que proporcionou de melhor. Sua carreira é a que tem transcorrido dentro dos trâmites universitários mais rigorosos. Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará com ele, o seu primeiro clássico universal, *no campo da antropologia*” (RAMOS, 1953, p. 30, grifos nossos). Oliveira (1995) assinala que não é fortuito o fato de Guerreiro Ramos situá-lo “no campo da antropologia” e não no da sociologia. Todavia, é preciso lembrar – a despeito da ironia guerreiriana – que até aquele momento os trabalhos de maior ressonância de Florestan Fernandes eram os sobre os tupinambá e rotulados como “antropológicos”.

8 Uma dúvida aqui persiste: por que Florestan Fernandes atacaria cinco anos depois algumas teses apresentadas e derrotadas em congresso? Não obstante a crítica de Florestan esteja inserida na moldura de um balanço das ciências sociais no país (*A etnologia no Brasil e a sociologia no Brasil*), talvez em 1958 as ‘teses’ de 1953 já não lhe parecessem tão inofensivas, vez que, a partir de então, tomaram corpo – e repercutiram – no balanço de Guerreiro Ramos da sociologia no Brasil (*O processo da sociologia no Brasil*, de 1953), nos trabalhos deste sobre o negro (tema que Florestan Fernandes pesquisava, em outra direção, juntamente com Roger Bastide), nos livros *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1957) e *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957) e institucionalizava-se na fundação do IBESP (1953) e do ISEB (1955). Frente tais circunstâncias e os rumos que a conjuntura político-social do país tomava, ao que parece, Guerreiro Ramos agora se fazia valer como adversário intelectual.

9 Embora critique os pontos aos quais é contrário, Florestan Fernandes não explicita com os quais concorda integral ou parcialmente.

reria o risco de produzir uma “pseudociência”. Logo, a recomendação de Guerreiro Ramos sobre evitar os estudos de “minudências” seria uma imposição ideológica face às necessidades do trabalho científico; num país como o Brasil, demasiado heterogêneo, a forma de garantir um conhecimento seguro da estrutura social nacional e regional seria elaborar estudos de particularidades pois, a partir destas – dentro do rigor científico – poder-se-ia generalizar os resultados; relegar tais estudos seria desprezar “todo o progresso alcançado pelos desenvolvimentos empírico-indutivos da investigação sociológica, nos últimos setenta e cinco anos” (FERNANDES, 1977, p. 69). Além disso – para Florestan Fernandes – o uso de recursos em pesquisas de “detalhes” sociais não se faria em detrimento da aplicação em “bens de produção”, ao contrário, tais estudos serviriam à melhor utilização de fatores de produção já que “o controle de tensões sociais depende, muitas vezes, do conhecimento positivo de unidades de investigações dessa magnitude” (FERNANDES, 1977, p. 70).

O padrão do trabalho científico não poderia ser decorrente do estágio de desenvolvimento da estrutura social e sim dos “critérios de explicação científica na sociologia”, as exigências não se deveriam pautar pelos recursos disponíveis e pelo “nível cultural genérico das populações”, em vez disso, mesmo consideradas as dificuldades da investigação científica num país como o Brasil, dever-se-ia levar em conta os padrões mais rigorosos, para tanto, caberia uma estratégia que contemplasse:

1) a seleção de problemas relevantes para a análise sociológica, quase sempre perturbada pelo impacto de influências extracientíficas; 2) a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social (FERNANDES, 1977, p. 70).

No que se refere ao tema da implantação do ensino regular de sociologia na escola, Florestan Fernandes – em comunicação no I Congresso Brasileiro

de Sociologia, realizado em São Paulo (em 1954) – mostrava-se um tanto cético em relação às possibilidades do ensino da disciplina dentro do sistema educacional brasileiro de então; seriam necessárias mudanças para viabilizar o empreendimento, porém se assim o fosse dirigido, poderia “contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 105)¹⁰.

Guerreiro Ramos – presente no I Congresso Brasileiro de Sociologia quando dos debates – objetou que mesmo sendo ideal o ensino de sociologia, a sociedade brasileira não estaria aparelhada para tal, já que persistia – na sociologia – uma visão aliena-

10 Denominava-se a comunicação “O ensino da sociologia na escola secundária brasileira”. Prossegue Florestan: “A difusão dos conhecimentos sociológicos poderá ter importância para o ulterior desenvolvimento da sociologia. Mas, o que entra em linha de conta, no raciocínio dos especialistas, não é esse aspecto pragmático. Salienta-se, ao contrário, que a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes, na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. As implicações desse ponto de vista foram condensadas por Mannheim sob a epígrafe – *‘do costume às ciências sociais’* e formuladas de uma maneira vigorosa, com as seguintes palavras: ‘Enquanto o costume e a tradição operam, a ciência social é desnecessária. A ciência da sociedade emerge quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias’. O ensino das ciências sociais no curso secundário seria então uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 90). E ainda “alterando-se as condições atuais do sistema educacional brasileiro, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica dominante: com fundamento na conveniência prática de reforçar os processos de socialização operantes na sociedade brasileira. Esta seria a solução ideal, tendo-se em vista que o ensino das ciências sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 104).

da da realidade do país, ocupando-se de problemas efetivos em outros países; além disso, a falta de profissionais especializados para a docência dificultaria um ensino satisfatório (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 319-320). Florestan redarguiu que uma formulação adequada dos problemas da sociedade não poderia garantir uma autoconsciência racional da realidade brasileira, ao que Guerreiro Ramos respondeu que a sua própria posição e as dos demais presentes no congresso eram irredutíveis: enquanto os outros seriam acadêmicos, ele se considerava um pragmático, e isso faria toda a diferença na análise das questões (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 342).

ARQUEOLOGIA DA CONTENDA

Na visão dos comentadores o debate entre os dois sociólogos teria diversos significados e motivações: ISEB *versus* USP, São Paulo *x* Rio de Janeiro, “sociologia carioca” *x* “sociologia paulista”, mertonianos *x* mannheimianos etc.¹¹. Todos estes recortes guardam algo de verossímil e especulativo, todos podem acrescentar algo à compreensão daquele momento de efusão intelectual e das trajetórias dos autores, mas considerando-se a amplitude da discussão entre eles e a originalidade dos contendores – bem como as outras faces e personagens daquelas questões –, é equívoco tanto resumi-los à condição de figurantes quanto alçá-los à posição de encarnação de tais debates.

11 Cabem aqui algumas advertências. Quando da divulgação das teses iniciais de Guerreiro Ramos, em 1954, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ainda não existia – só viria a ser fundado em 1955. A existência de uma “escola paulista de sociologia” – donde derivaria uma “sociologia paulista” – é peremptoriamente negada por Fernandes (1977, p. 140). Quanto ao significado do debate, alguns chegam a abordar o enfrentamento entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos como uma disputa entre, respectivamente, a ciência e a política, o conhecimento e a intervenção, o saber e a ideologia, o rigor e a volúpia etc., recortes esses muito presentes, direta ou indiretamente, em vários autores. Não trataremos aqui desses argumentos, visto o evidente equívoco no tratamento da questão.

Oliveira (1995, p. 107-109), ao promover um balanço da polêmica, lista os pontos de divergência: 1) Florestan Fernandes aceitaria a sociologia como ciência positiva do social (Weber, Durkheim e Marx são seus modelos), Guerreiro Ramos, mais cético, teria raízes filosóficas (no existencialismo e culturalismo) mas aceitaria a sociologia como ciência empírico-indutiva; 2) a relação entre sujeito e objeto do conhecimento e o caráter desse conhecimento seriam tomados de modos diferentes por ambos, Florestan ligar-se-ia à herança dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim) e Guerreiro seguiria a linha de Gurvitch – e partilharia a herança de Proudhon e Saint-Simon; 3) para Florestan ciência seria positividade, para Guerreiro, perspectiva; 4) no entender de Florestan a ciência seria feita na academia por acadêmicos, Guerreiro Ramos discordaria; 5) finalmente, para Florestan – que desenvolveria um padrão mais positivo de sociologia – os “fatores endógenos do conhecimento são mais importantes, universais e passíveis de serem transplantados dos centros mais desenvolvidos para as condições brasileiras”, já Guerreiro seguiria um padrão mais normativo de ciência – “onde o *dever ser* pode agir sobre a consciência e sobre a realidade” e “os fatores exógenos do conhecimento estão presentes em todas as etapas da produção do saber sociológico”.

Arruda (1995, p. 153) enxerga a polêmica como

[...] ilustrativa do cenário no qual a reflexão sociológica acadêmica se desenvolve. De um lado, o professor paulista, convencido de que somente a partir de procedimentos científicos rigorosos e dotados de princípios gerais é possível pensar os problemas da sua própria sociedade [...] De outro, o intelectual baiano, radicado no Rio de Janeiro, propugnado por um pensamento sociológico autônomo frente ao produzido no estrangeiro e comprometido com a realidade nacional.

Ortiz (1990, p. 166) alerta para os vários significados da discussão, mas resume-se às significações de uma “controvérsia entre duas personalidades que lutam para legitimar orientações diferentes no campo das Ciências Sociais” e de um “embate entre uma Sociologia que se autodefine como predominante-

mente acadêmica, e reside em São Paulo, e outra politizada, interagindo diretamente com o Estado na capital federal [então o Rio de Janeiro]”. Florestan seria um pragmático, representante do pensamento acadêmico paulista, perspicaz na tarefa de “implantar entre nós uma disciplina científica”. Ao referir-se a uma das peças centrais do debate (“O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”), afirma que:

[...] há um quê de Mannheim neste artigo, que trata o *ethos* da ciência como uma espécie de subcultura [...] seu objetivo principal é diferenciar a Sociologia das outras falas, num momento em que imperava uma polissemia sobre a interpretação do social. Primeiro uma ruptura em relação ao senso comum, o discurso dos juristas, jornalistas e críticos literários, segundo, um distanciamento em relação à aplicação imediata do método sociológico para a resolução de problemas sociais: uma crítica da sua utilidade (ORTIZ, 1990, p. 166)¹².

Por sua vez, Guerreiro Ramos – segundo Ortiz um “adepto de uma visão genuinamente nacional, mas nem por isso menos provinciana” – mostraria “um certo desprezo pela pesquisa” em favor de certa “experiência” administrativa e voluntarismo; suas propostas no II Congresso Latino-americano de Sociologia seriam “desastrosas” se seguidas literalmente, porém, atribui-lhe o mérito de captar “com vivacidade o momento pelo qual passa[va] a cultura

intelectual no Brasil” ao criticar a “pretensão de se imaginar que a Sociologia se inicia com as escolas de Sociologia”. Define os autores, então, do seguinte modo:

Guerreiro nutria ilusões em relação a um pensamento radicalmente autóctone, e plantava suas raízes num momento anterior [a tradição de pensamento social no Brasil com Sylvio Romero, Euclides da Cunha etc.]. Florestan Fernandes estava mais afinado com os novos tempos, que exigiam que nosso relógio acadêmico fosse acertado com os imperativos do saber internacional (ORTIZ, 1990, p. 167-168).

Já Vianna (1994) vê o episódio como uma etapa da institucionalização das ciências sociais no Brasil e o enfrentamento entre dois mannheimianos peculiares, representantes das sociologias paulista e carioca; Florestan Fernandes seria um sociólogo de vocação mertoniana, que complementarmente com a noção de *intelligentzia* – de Mannheim – as deficiências de aplicação de uma concepção de *ethos* acadêmico, de comunidade científica, num país de relações autoritárias e arcaicas, culminando numa sua...

[...] inscrição na vida pública, passando ao largo dos partidos políticos e da vocação para substituí-los, no interior do Estado, como representante *em geral* da sociedade, a sua Sociologia não se quer traduzir em uma política. Seu campo é o da sociedade civil, dos direitos, da reforma institucional e moral, da cidadania – em uma palavra, o da constituição de uma ordem social competitiva (VIANNA, 1994, p. 372).

E Guerreiro Ramos, proponente de uma sociologia...

[...] tensa, uma Sociologia de intervenção – não de partido, mas pela representação *em geral* da sociedade –, ciência de erradicação do atraso, e que se orienta pelos problemas macroestruturais, empenhando-se em estratégias que liberem as forças produtivas, sem cuja promoção se inviabilizaria um projeto de democratização de oportunidades. Para ele, a democracia seria substantiva, e a sua formalização se apresentaria como um momento que deriva acessório (VIANNA, 1994, p. 378-379).

12 Florestan Fernandes é um dos iniciadores – assim como Pierson (1972) – dessa posição de crítica à “sociologia”, às idéias sociais dos não-sociólogos; distinguia “três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira”: a primeira em que a sociologia “é explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretação”, a segunda caracterizada “pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira” e a terceira singularizada “pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático” (FERNANDES, 1958, p. 190). Tal posição é precursora de uma forma de análise que, radicalizada, tornou-se hegemônica na ciência social “paulista”, principalmente uspiana, cujo principal fruto é *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, de Carlos Guilherme Mota (1980), no qual critica os “explicadores” do Brasil e localiza a fundação da ciência social – nos padrões científicos, não-ideológicos – na trajetória da USP e da “escola paulista”.

Os sujeitos dessas intervenções sociais – nas visões de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, segundo Vianna – seriam, respectivamente, duas formas de *intelligentzia*: uma como comunidade científica e outra próxima do Estado, entretanto,

[...] apesar da profunda divergência, as Sociologias do Rio de Janeiro e de São Paulo não vão deixar de convergir, na medida em que ambas inscrevem a disciplina na vida pública em torno de uma agenda de reformas sociais. A de São Paulo com sua orientação americana, instituindo o seu Departamento como uma comunidade científica, sobretudo aplicada ao eixo interesses-direitos-cidadania; a do Rio, sob a inspiração mannheimiana de uma *intelligentzia* como intérprete *em geral* da sociedade, preferencialmente voltada para o papel da dimensão econômica na quebra de uma situação de subdesenvolvimento, privilegiando o eixo Estado-povo. Nos dois casos, envolvendo ou não estratégias de profissionalização das Ciências Sociais, essa *intelligentzia* define sua identidade como a de ator no processo de mudança social (VIANNA, 1994, p. 379).

Sintetizando os termos do debate, Cohn et al., (1995) percebem o enfrentamento entre duas concepções opostas sobre o papel dos intelectuais – e do cientista social em particular:

Onde Florestan vê ciência institucionalizada conforme padrões universais de desempenho, Guerreiro vê a participação dos intelectuais na organização de uma consciência social conforme as peculiaridades nacionais na correspondente ‘fase’ histórica; onde Florestan, na perspectiva do inovador e organizador, vê obstáculos estruturais na sociedade e adota uma posição institucional, Guerreiro, mais próximo dos centros nacionais de decisão, vê obstáculos nos agentes do poder e adota uma posição mais diretamente política; em consequência, onde um busca a mudança estrutural das condições sociais de existência o outro volta-se para a mudança da consciência nacional; onde Florestan enfatiza a ciência social aplicada e o planejamento racional Guerreiro defende a construção de uma ideologia eficaz para um projeto nacional (COHN et al., 1995, p. 4).

Isto posto, ambos formulariam meios diversos para atingir os fins perseguidos, Conh et al., enfatizando em demasia os papéis, caracterizam Guerreiro

como o ator político por excelência ao tempo que Florestan seria o acadêmico.

Para Guerreiro importa um meio político por excelência, a substituição do mero predomínio de classe pela capacidade dessa mesma classe de assumir a direção efetiva da sociedade, tendo em vista o objetivo que lhe importa, a nação autônoma (vale dizer, não-colonial). Já para Florestan a preocupação central é com as mudanças estruturais na sociedade mediante técnicas sociais adequadas, visando à constituição de uma sociedade democrática (vale dizer, não oligárquica e muito menos autocrática). É fora de dúvida que nem Guerreiro era avesso à democracia nem Florestan queria uma nação heterônoma. Mas as estratégias opostas e os objetivos não poderiam ser mais contrastantes; até porque respondiam a diferenças de base nas situações dos interlocutores. Guerreiro via o mundo com olhos políticos, era muito mais um homem de partido e voltado para a mobilização de apoios na sociedade do que Florestan, que, neste debate, figurava mais como o profissional acadêmico engajado, voltado para a participação mais pouco disposto a nela dispensar o recurso ao conhecimento bem-fundado (COHN et al., 1995, p. 4).

Acrescentemos que nem a posição de Guerreiro implicava uma desconsideração ou mesmo descentralização do conhecimento científico como base para alcançar os fins propugnados e nem a de Florestan – em sua situação acadêmica – carecia de um substrato político, ambos consideravam de modo diverso as possibilidades de instrumentalização do conhecimento e de intervenção política e social – bem como os mecanismos à disposição.

PADRÃO E SALVAÇÃO

Sempre polêmico¹³, Guerreiro Ramos perseguia obsessivamente o enraizamento da sociologia na realidade brasileira, importava torná-la um saber genuinamente comprometido com o país e sua peculiaridade; a transplantação de conceitos e teorias

13 O estigma de “polêmico” – como bem o qualificou Soares (1993) – é marca indelével de Guerreiro, coincidentemente até mesmo no nome: polêmico, do grego *polemikós*, significa “guerreiro”. Ver Holanda (1986).

seria assim um entrave, pois propagaria um “saber” desvinculado de seu objeto, desenredado das relações sociais específicas de determinada sociedade. Cumpria efetivar uma sociologia compromissada com o país em sua realidade nacional e, logo, com as necessidades de transformação desta, daí suas tarefas como instrumento de conscientização e intervenção no sentido do desenvolvimento – e da industrialização –, bem como a integração de populações marginalizadas na vida nacional: indígenas e afro-descendentes.

A pesquisa sociológica – para Guerreiro Ramos – deveria se coadunar com tal realidade também no sentido de se adequar às possibilidades (de recursos técnicos, humanos e mesmo de certo “nível cultural genérico”); também métodos, objetivos (e objetos) teriam de estar sintonizados com a interpretação e aplicação desse saber (de modo integral, totalizante) como autoconsciência e autodeterminação da nação – então a prioridade aos estudos gerais e evitar os de caso. A sociologia deveria relegar seu caráter “profissional”, “esotérico” e postar-se ao alcance da população (dos “leigos”), reunir numa práxis ampliada uma forma de explicação racional e efetivamente transformadora conseqüente com os valores e aspirações nacionais. Assim, o ensino escolar de sociologia, a despeito desta ainda não ter se depurado da alienação em relação à realidade do país e ainda não possuir profissionais capazes, seria uma forma de tornar acessível esse saber ao senso comum, tornar-se efetivamente um “saber de salvação”¹⁴.

Já para Florestan Fernandes a nação (e obrigações para com essa) não era por si um valor primordial, ao menos não superior às obrigações para com a ciência; a sociologia – para servir efetivamente à transformação social – deveria ser primeiramente científica e depois (circunstancialmente) nacional. O padrão de trabalho científico deveria ser o mais rigoroso possível, só assim seria também útil à intervenção racional nos problemas sociais; como ci-

ência (universal), baseada na indução, a sociologia procuraria uma generalização a partir de estudos particulares, aproveitaria as noções e categorias abstratas elaboradas em países nos quais a ordem social competitiva estivesse “mais completa”, fornecendo assim subsídios para se pensar uma ordem na qual houvesse ainda incipiente desenvolvimento dessa característica. Seria, portanto, um saber cuja cientificidade se faria em detrimento do senso comum, como algo especializado, e o ensino escolar da disciplina serviria somente à “manipulação de técnicas racionais”, à atualização da mentalidade em preparação para o progresso social, não como consciência social dos efetivos problemas do país, pois uma formulação adequada – logo, científica – não garantiria autoconsciência social.

Defrontavam-se duas “sociologias”: uma que se pretendia um saber socialmente difusor de autoconsciência e autodeterminação visando o desenvolvimento e a autonomia nacional (Guerreiro Ramos), e outra que se queria universalizada (em método e procedimentos), zelava pelos padrões de excelência do trabalho científico e que não tomava tais resultados como imediatamente indicados para conduzir ações políticas (Florestan Fernandes).¹⁵ Opunham-se: o empenho na construção de um capitalismo autônomo e nacional (Guerreiro Ramos) e a ênfase na generalização e aprofundamento da ordem social competitiva como portadora das possibilidades e li-

14 Como viria a defini-la mais tarde (RAMOS, 1996), baseada – ao que parece – em Scheler (1986).

15 Para Florestan Fernandes a sociologia seria ciência universal no sentido de que seus fundamentos teóricos seriam os mesmos para todos os investigadores em quaisquer lugares; o nacional, o situado, seria um modo particular no qual os problemas sociais se apresentariam e deveriam ser enfrentados conforme uma adaptação do arsenal teórico geral. Guerreiro Ramos também admitia a universalidade da sociologia, entretanto, tal universalidade só se daria por meio dos particulares, das várias realidades situacionais (nacionais) que teriam relativa autonomia de problemas e larga margem para reelaboração do arsenal teórico para enfrentá-los. De um lado, o indutivismo (sintético) que veria no particular momento do universal (Florestan Fernandes), de outro (Guerreiro Ramos) certa microcosmologia que tomaria o particular como contendo em essência o universal – entretanto, este não conteria totalmente os particulares em sua riqueza infinita. Ao final, de modo diverso, ambos tinham consciência da universalidade da sociologia como ciência e da necessidade de adequação de seu instrumental teórico às diferentes situações.

mites (próprios) das chances de modernidade (Florestan Fernandes).

REFERÊNCIAS

ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1953 [s. n. t.].

ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1995. v. 2, p. 107-233.

BARIANI, Edison. **A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias** (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2003.

COHN, Gabriel et al. Florestan Fernandes, historia e histórias (depoimento). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 42, jul. 1995.

FEBVRE, Lucien. **História**. Organizado por Carlos Guilherme Mota. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. (Grandes cientistas sociais, 2).

FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira**. São Paulo: Anhambi, 1958.

_____. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREYER, Hans. **La sociología, ciencia de la realidad**. Buenos Aires, Argentina: Losada, 1944.

GURVITCH, Georges. **La vocación actual de la sociología: hacia una Sociología diferencial**. México-DF, México; Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1953.

HOLANDA (Ferreira), Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e aum., 24. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 163-175, jul. 1990.

PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia**. 14. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SCHELER, Max. **Visão filosófica do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Debates, 191).

SOARES, L. A. Alves. **A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico**. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.

VIANNA, Luiz Werneck. Introdução: em busca de um marco comparativo. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 37, n. 3, p. 357-403, 1994.